

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.437 - SE (2019/0048441-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **MASTEROP OPERADORA TURISTICA LTDA - ME**
ADVOGADOS : **DIEGO PAPINI TEIXEIRA LIMA - AL010712**
 LEONARDO LINS MIRANDA - AL012453
RECORRIDO : **P H N D B (MENOR)**
REPR. POR : **R D B**
ADVOGADO : **DIOGO ALEXANDRE DOS SANTOS NOBRE SILVA -**
 AL009633
INTERES. : **EXCELENCE TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA**
ADVOGADO : **KATIENE BARBOSA DOS SANTOS - SE006904**
INTERES. : **TURISE - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO RIO SERGIPE**
 LTDA
ADVOGADO : **LAURO FARIAS VASCONCELOS E OUTRO(S) - SE004592**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de compensação por danos morais, fundada na falha na prestação de serviços.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MASTEROP

OPERADORA TURÍSTICA LTDA., fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 16/07/2018.

Concluso ao gabinete em: 11/03/2019.

Ação: de compensação por danos morais, ajuizada por P H N D B, representado por seu genitor, em face da recorrente, de TURISE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO RIO SERGIPE LTDA-ME e de EXCELLENCE TRAVEL VIAJENS E TURISMO LTDA., fundada na falha nos serviços prestados, ante a ausência de realização de reserva dos hotéis nos destinos da sua viagem.

Sentença: julgou procedentes os pedidos para condenar, solidariamente, a recorrente e demais requeridas a pagar ao recorrido a quantia de R\$ 20.000,00 a título de compensação por danos morais.

Acórdão: não conheceu da apelação interposta por EXCELLENCE e deu parcial provimento à apelação interposta pela recorrente, para reduzir o valor fixado a título de compensação por danos morais para R\$ 8.000,00, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - AGÊNCIAS DE VIAGEM - PRELIMINARES - AFASTADAS - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO -RESERVA NO HOTEL QUE NÃO FOI DEVIDAMENTE EFETUADA -RESPONSABILIDADE CONFIGURADA - INTELIGÊNCIA DO ART. 14 DO CDC - DANO MORAL CONFIGURADO - "QUANTUM" INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 20 .000 , 00 - MINORAÇÃO NECESSÁRIA - REFORMA DA SENTENÇA A FIM DE FIXAR OS DANOS MORAIS EM R\$ 8.000,00 - RECURSO INTERPOSTO POR EXCELLENCE TRAVEL NÃO CONHECIDO - RECURSO INTERPOSTO POR MASTER OPERADORA CONHECIDO E PACIALMENTE PROVIDO - POR UNANIMIDADE.

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Quanto à gratuidade da justiça e cerceamento de defesa, ressaltou o seguinte (e-STJ, fl. 693):

É de se ressaltar que, inobstante tudo isso, reexaminando o acórdão, verifica-se que a decisão que redundou no acórdão fustigado foi categórica em afirmar, explicitamente, o deferimento tácito da gratuidade que, no caso em tela, diferentemente do que afirma o Embargante, fora devidamente pleiteada em sede de inicial. (Fl. 33 dos autos do processo 201700824236).

Por fim, acerca da alegação de cerceamento de defesa, observo que essa matéria sequer fora suscitada em sede de Apelação, razão pela qual também não merece guarida. Ainda, no caso concreto, entendo que o Juiz Singular procedeu ao julgamento antecipado da lide, por entender estarem presentes todos os documentos e provas necessárias e hábeis a corroborar com sua decisão.

Recurso especial: alega violação do art. 10, 98, 330, I, 369, do CPC/15, do art. 8º da Lei 9.099/95, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustenta que, ao julgar antecipadamente o processo, teria ocorrido violação ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Aduz que a inicial deveria ter sido indeferida, ante a ausência do pagamento das custas e a inexistência de requerimento de gratuidade da justiça.

Defende que o processo deveria ser anulado, tendo em vista a “*vedação de ação de menor de idade pelo rito dos juizados especiais*” (e-STJ, fl. 613) e assevera que não haveria ato ilícito ou falha na prestação do serviço e que o valor fixado a título de compensação por danos morais deveria ser reduzido.

Admissibilidade: o recurso foi admitido na origem pelo TJ/SE.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da fundamentação deficiente

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que, quanto à alegações de inexistência de ato ilícito ou falha na prestação do serviço e de necessidade de redução do valor fixado a título de compensação por danos morais, o recorrente não alega violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. art. 10, 98, 330, I, 369, do CPC/15, do art. 8º da Lei 9.099/95, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

Ademais, o recorrente não impugnou os seguintes fundamentos utilizados pelo TJ/SE:

Ainda, quanto à ausência de recolhimento das custas iniciais, neste caso, impõe-se observar o novel entendimento perfilado pelo Superior Tribunal de Justiça, que firmou, no julgamento do AgRg nos EAREsp 440971/ RS, a tese na qual se deve presumir o deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita não expressamente indeferido por decisão fundamentada, inclusive na instância especial. (e-STJ, fl. 589)

E ainda:

É de se ressaltar que, inobstante tudo isso, reexaminando o acórdão, verifica-se que a decisão que redundou no acórdão fustigado foi categórica em afirmar, explicitamente, o deferimento tácito da gratuidade que, no caso em tela, diferentemente do que afirma o Embargante, fora devidamente pleiteada em sede de inicial. (Fl. 33 dos autos do processo 201700824236.

Por fim, acerca da alegação de cerceamento de defesa, observo que essa matéria sequer fora suscitada em sede de Apelação, razão pela qual também não merece guarida. Ainda, no caso concreto, entendo que o Juiz Singular procedeu ao julgamento antecipado da lide, por entender estarem presentes todos os documentos e provas necessárias e hábeis a corroborar com sua decisão. (e-STJ, fl. 693)

Como esses fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Ainda que assim não fosse, alterar o decidido no acórdão impugnado,

no que se refere à conclusão acerca da responsabilidade da recorrente, da caracterização do dano moral e do valor fixado a título de compensação, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% do valor da condenação (e-STJ, fl. 590) para 20%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora